



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

---

**Thaíssa André de Souza**

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN  
NAS ESCOLAS PÚBLICAS REGULARES**

**Rio de Janeiro**

**2016**

**Thaíssa André de Souza**

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN  
NAS ESCOLAS PÚBLICAS REGULARES**

**Monografia apresentada à Escola Politécnica de  
Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo  
Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial  
para aprovação no Curso Técnico em Gerência em  
Saúde.**

**Orientador(a): Daniel Groisman**

**Rio de Janeiro**

**2016**

*Dedico esse trabalho ao meu falecido irmão  
e a todos os portadores da Síndrome de Down.*



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) pelo apoio institucional que me fez conseguir administrar um tema um tanto delicado e complexo.

Agradeço ao meu orientador, com quem compartilhei ideias e construções e por ter me dado suporte, tanto técnico quanto psicológico, para aguentar as horas de desesperos. Sou muito grata pela paciência, incentivo e por sempre acreditar no meu potencial.

Agradeço a minha família, por sempre terem ficado ao meu lado nos momentos mais importantes da minha vida, principalmente nesse processo educacional importante para vida de qualquer pessoa. Por sempre me dar suporte, aguentando as minhas noites sem dormir para concluir este trabalho.

Agradeço também às minhas amigas da EPSJV, Andreza, Beatriz, Chrislayne, Mariana Oliveira, Mariana Rangel e Patrícia, por me aguentarem e por compartilharem comigo os seus melhores e piores dias.

## **RESUMO**

Esta monografia teve como objeto de estudo a inclusão de crianças com Síndrome de Down nas escolas regulares públicas do Rio de Janeiro. O objetivo dessa pesquisa foi mapear os espaços disponíveis para crianças com essa deficiência intelectual nas escolas públicas, quais os desafios presentes na escolarização tanto para a criança quanto para os profissionais responsáveis e qual o papel da família nesse processo. Foi feita uma revisão de literatura e análise de documentos relativos a políticas públicas sobre inclusão escolar.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva, Síndrome de Down, Preconceito contra a pessoa com deficiência.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>CAPÍTULO 1 - Histórico da legislação na educação especial.....</b>	<b>08</b>
<b>CAPÍTULO 2 - Necessidades e desafios para a inclusão.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Demandas dos movimentos sociais .....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 Materiais pedagógicos para a educação inclusiva.....</b>	<b>16</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>19</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>16</b>

## INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como tema a inserção de crianças com síndrome de Down na escola regular. O foco foi em como se dá a inclusão dessas crianças nas escolas regulares públicas do Rio de Janeiro.

A síndrome de Down foi caracterizada, por John Langdom Down, quando este classificava os diversos tipos de deficiências mentais e, por conta disso, a síndrome recebeu o seu nome. Como os grupos eram separados, dentre outros fatores, por suas características físicas, o que determinava o grupo era o “mongolismo”, já que eles tinham traços fisionômicos considerados, na época assemelhados aos do povo mongol (WUO, 2007). Antes da sua conceituação científica, as anomalias e deficiências eram frequentemente objetos de discriminação, sendo consideradas um “castigo” de Deus (PESSOTTI, 1984. Apud: WUO, 2007,p.9). Por muito tempo, a Síndrome de Down, era algo oculto, era tratado com certo afastamento, como se fosse algo fora do comum, com o passar dos anos, com a evolução da ciência e da medicina, foi possível chegar às definições que temos hoje em dia. Com isso, foi sendo necessário pensar em estudos pedagógicos e psicológicos para se entender a ciência dessas crianças e ver como se determinava suas capacidades e limitações.

O atendimento à pessoas com deficiência intelectual teve início no século XIX, pelo o médico Jean Marc Itard, que apresentou uma programação sistemática de experiências de aprendizagem pela motivação e recompensa, em seu livro publicado em 1801, o manual *De l'éducation d'un homme sauvage*. O primeiro internato para pessoas com retardo mental foi estabelecido por Edward Seguin, ele pensou em todo um currículo para elas, desenvolveu materiais didáticos e procurava estimular as crianças por meio da música, dança e cores. Sua técnica era Neurofisiológica. Já Montessorri na Itália, estimulava a autoeducação, por meio de blocos, encaixes, letras em alto relevo e objetos coloridos (MAZZOTA, 2011. Apud: COMIN E COSTA, 2016,p.310).

A síndrome de Down é causada pela presença de três cromossomos 21, em todas ou na maior parte das células do indivíduo. Acontece no momento da concepção e as pessoas com a síndrome de Down, que também é conhecida como trissomia do cromossomo 21, têm 47 cromossomos, em vez de 46, que é o comum nas pessoas sem a síndrome. Segundo o site

Movimento Down, ainda não existem dados epidemiológicos estabelecidos no país sobre o número de brasileiros com Síndrome de Down. O que existe é uma estimativa, de 1 para 700 nascimentos, considerando toda a população brasileira. Ou seja, de acordo com essa conta, cerca de 270 mil pessoas no Brasil teriam Síndrome de Down (Movimento Down, 2014). É possível diagnosticar a Síndrome de Down na hora do nascimento, que pode variar entre os paciente, porém é possível identificar as características, como a baixa estatura, braquicefalia, hérnias, peso em média 2.900 gramas, ponta nasal plana, pescoço curto, a hipotomia muscular pode ser a primeira anormalidade observada no recém nascido (FEISTAUER, 2014). Apesar das semelhanças físicas, questões como linguagem, motricidade, socialização e habilidades da vida diária vai variar de pessoa pra pessoa (PIMENTEL, 2012. Apud: FEISTAUER, 2014, p.53).

Uma das questões que interfere na participação social das pessoas com síndrome de Down, seria a falta de informação, constituindo o preconceito, o que interfere também na potencialidade dessas pessoas, já que, não se coloca muita expectativa, devido à sua deficiência mental. E também, se estereotipam muito, como se eles “etiquetassem” todos os portadores da síndrome, sendo que com Síndrome de Down ou não, o desenvolvimento de cada criança vai variar de criança a criança.

Essa questão sobre as expectativas que as pessoas depositam sobre o portador da deficiência está atrelada à questão do preconceito. A sociedade não lida bem com aqueles que são diferentes de certo “padrão”, então, no momento em que a mãe, por exemplo, descobre que está grávida de uma pessoa com síndrome de Down, ela não lida bem com isso, devido à questão social, daquela criança ser diferente, que ela não vai ser bem aceita. Falta um pouco de amadurecimento da parte da sociedade em enxergar que essas pessoas podem ter papéis na sociedade, assim como qualquer um (LIPP; MARTIN; MENEGOTTO, 2010).

A postura que pode ser tomada pela família, influencia diretamente na criança, pois, os pais são o primeiro contato que a criança tem. A família sente um medo, pois se trata de um desconhecido, mas depois os pais vêem que as dificuldades enfrentadas são as mesmas que enfrentariam na educação de uma criança sem a deficiência, cada uma tem seu ritmo e modo para desenvolver suas habilidades. Com o tempo e informação, os pais vêem que a Síndrome de Down não é uma doença que impede que seus filhos façam as coisas, são crianças com facilidades, dificuldades, qualidades e defeitos, como qualquer outra (FEISTAUER, 2014).

Depois vem a escola, que é um dos contatos mais importantes para o desenvolvimento da criança. É importante a associação da escola com a família, comunidade e políticas públicas de inclusão, para o estímulo da autonomia e desenvolvimento da criança com Síndrome de Down.

Na questão da escolarização, o que vai influenciar no desenvolvimento da criança, dependerá, de que modo a escola e os profissionais vão trabalhar com o que a criança pode desenvolver melhor. Já que elas têm suas limitações, é de extrema importância que seja explorado aquilo que a criança vai demonstrar ter mais habilidade (SAAD, 2003). Isso se aplica, também, as atividades extracurriculares, como dança, música e esportes. A escola, junto aos pais, tem um papel valoroso, pois é com a ajuda destes que a criança vai poder caminhar e ir definindo como irá caminhar com ela, de acordo com suas especificidades.

Com a lei LDB 9.394/96, que assegura o acesso a rede regular de ensino, as escolas passam a ter que oferecer o espaço necessário e profissionais capacitados, dando o suporte adequado, tanto as crianças quanto aos docentes. Pois, por mais que a lei garanta o acesso, nem todas as escolas tem tido estrutura essencial, às vezes por falta de material pedagógico, turmas muito grandes, falta de preparo dos profissionais, ou até mesmo preconceito. O que se pensa muito é em profissionais capacitados e não em capacitar estes que já existem, assim podendo acarretar em um retrocesso, visto que não podemos ficar esperando novas pessoas se formarem, quando já existem diversos profissionais formados, precisando apenas de um preparo maior.

Outra questão muito importante o quanto a família se mostra disponível a explorar toda a capacidade da criança. Como dito anteriormente, o olhar sobre ela, deve ser atento a tudo que for apresentado com certa facilidade.

Esta monografia teve como foco discutir o que a política pública prevê para as pessoas com Síndrome de Down no que diz respeito à inclusão escolar. Assim, abordamos como isso realmente ocorre na prática, como os profissionais lidam com essa integração e qual é a importância da participação das famílias.

As motivações para a realização desse estudo estiveram relacionadas a questões pessoais, por eu ter tido um irmão que tinha a Síndrome de Down, mas faleceu quando eu tinha menos de um ano. O interesse pela pesquisa foi saber um pouco mais como se dá, hoje em dia, as questões de acesso, no caso, nas escolas. Inclusive, a questão da parte da escola, é

pela educação ter sido, sempre, muito presente no meu cotidiano, já que minha mãe é pedagoga, então é uma questão que me interessa bastante.

Quanto à relevância político-social da questão, está atrelada ao que temos presentes na sociedade como direito e o que vemos funcionando. É possível reconhecer um avanço na sociedade em relação a direito e desmistificações do preconceito, mas ainda é necessário caminhar prosseguir para que cada vez mais possamos ver pessoas com síndrome de Down tendo mais espaço na sociedade.

O objetivo dessa pesquisa foi abordar alguns dos principais desafios enfrentados na inclusão escolar das crianças com Síndrome de Down em seu ingresso na rede pública regular. Dessa forma, procuramos investigar os desafios presentes na escolarização da criança com síndrome de Down sob o ponto de vista da literatura disponível sobre o assunto. A monografia configurou-se como uma pesquisa exploratória, baseando-se na abordagem qualitativa, tendo como método a revisão e análise da literatura, bem como de documentos relativos a políticas públicas sobre inclusão escolar. Para a revisão bibliográfica, fizemos uma pesquisa na base de periódicos “Portal CAPES”, utilizando descritores associados à temática, tais como “síndrome de down” ou “deficiência intelectual”, associados à “inclusão escolar”. Esta monografia está organizada em dois capítulos, sendo o primeiro sobre o histórico da legislação na educação especial e o segundo sobre necessidades e desafios para a inclusão.

## **CAPÍTULO 1. HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Neste capítulo será abordado toda linha histórica da legislação da Educação Especial no Brasil.

O fato do aluno não conseguir acompanhar os outros alunos do ensino comum, pela sua deficiência, era tido como uma anormalidade e que ele não poderia continuar naquele espaço, assim, legitimando a não permanência do mesmo na escola. Então era preciso encontrar um lugar separado para que estes pudessem estudar no caso as escolas especiais. Porém, a partir do aumento da procura por espaços para essas crianças e com a universalização da educação, fez-se necessário, buscas, pesquisas e conferências internacionais, para que fosse compreendido o que fazer com aquelas crianças, em qual espaço elas poderiam estar concluindo que seria necessário introduzir políticas educacionais e leis que incluíssem pessoas com necessidades especiais nas escolas. Com isso, passamos a ter uma nova perspectiva de educação especial:

Uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008)

O histórico da inclusão educacional se dá início a partir da lei nº 4.024/61, onde a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê que todos que tenham alguma necessidade especial, no texto chamados de “excepcionais”, tenham atendimento educacional. A educação passa a ser um direito à todos, afim de integrar todos na escola.

Na época da ditadura militar, outra lei foi criada, substituindo a anterior, que foi a lei nº 5.692/71, que estabelecia em seu texto: “deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial”, ou seja, era previsto que esses alunos estivessem em uma escola especial, sendo assim, não era promovida a inclusão nas escolas regulares.

Temos um texto sobre a integração social das pessoas com deficiência, na lei nº 7.853/89. Na parte da Educação, obriga a inserção de escolas especiais, particulares e públicas. No Estatuto da Criança e do Adolescente, é previsto o atendimento especializado às crianças com deficiência, preferencialmente em redes de ensino regular.

Mais tarde, em 1994, na Política Nacional de Educação Especial, a visão excludente persiste, já que em seu texto é previsto que apenas as crianças que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”, ingressem na rede regular de ensino, excluindo os demais, fazendo com que estes frequentem escolas especiais.

A LDB passa a ter um novo capítulo em 1996, que trata especificamente sobre a Educação Especial. Nele fala-se sobre formações de professores, maneiras e técnicas para que as necessidades dessas pessoas sejam respondidas. No texto, também se afirma que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”.

Houve o decreto nº 3.298 em 1999, que regulamentava a lei nº 7.853/89, que utiliza da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. O foco principal é garantir que a pessoa com deficiência seja integralmente incluída no contexto “sócio-econômico-cultural” do país. Nesse texto, salienta mais uma vez a Educação Especial como um complemento do ensino regular.

Em 2001, foi criada a lei nº 10.172, pois o Plano Nacional de Educação anterior, foi considerado muito grande, com muitos objetivos e metas a serem cumpridos por jovens e adultos com deficiência.

Em 2007, o decreto nº 6.094/07 implementava o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do MEC, destacando que as necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência deveriam ser atendidas e reforça a inserção dos mesmos no sistema público.

Em 2008 foi criado um documento criado para a perspectiva da Educação Inclusiva, que é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, nela, é traçado todo um histórico do processo da inclusão escolar no Brasil.

E o decreto nº 6.571/2008, que obriga a União a prestar todo o técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino e reforça a implementação do Atendimento Educacional Especial (AEE) no projeto pedagógico da escola. O AEE é definido como “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”. Em 2009, foi editada a resolução nº 4 CNE/CEB, que orienta que esse Atendimento Educacional seja feito nos contra turnos, preferencialmente nas salas de recurso das escolas.

O Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, tem a meta que trata do tema no atual PNE, a de número 4, seu texto é: “universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”. A questão é que a palavra “preferencialmente” é tida como um obstáculo para a inclusão, já que, abre espaço para que alguns alunos permaneçam em escolas especiais.

E temos recentemente a Lei Brasileira de Inclusão, lei nº 13.146, que estabelece em seu texto: “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (BRASIL, 2015). Com essa lei em vigor, será possível suprimir dificuldades enfrentadas pelos portadores de deficiência, “de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” (BRASIL, 2015), dificuldades essas, seja com moradia, transporte, educação, esporte, ou seja, diversas esferas sociais.

Com essas políticas, agora, é necessário, obrigatoriamente que as escolas públicas regulares abram as portas para receberem esses alunos. E deverá ser garantida toda a

assistência necessária. Mas é possível perceber que, esses espaços foram sendo procurados, tendo assim, a necessidade que eles fossem criados, por isso é importante ver o histórico dessa longa jornada, que ainda tem muitos passos para avançar, tendo em vista que, ainda é presente diversos fatores que são como um entrave para essa inclusão, como o preconceito e a dificuldade dos profissionais lidarem com um aluno especial em sua classe.

Apesar das políticas estarem implementadas, ainda existem desafios para que elas sejam postas em prática. Um exemplo é a permanência dos mesmos na escola. Essa questão é muito frequente, e se dá por diversos fatores, um deles a preocupação dos pais que muitas vezes, faz com que eles escolham a escola especial, seja por receio do preconceito que o filho possa vir a sofrer, a falta de estrutura da escola, dificuldade de aprendizado, entre outros.

É necessário um olhar mais profundo em relação à inclusão, pois esta vai além da relação aluno-escola. É preciso relacionar todo o entorno social da criança, isso quer dizer, desde os responsáveis, ao diretor, coordenadores, professores, até os trabalhadores da limpeza, porteiros e funcionários da secretaria, todos aqueles que, de alguma forma, tenham contato com a criança.

Quando se insere um aluno com deficiência intelectual na escola comum, se faz necessário pensar nas estratégias que serão utilizadas para desenvolver atividades que o auxiliem a ser incluído na sala de aula comum, de forma com que ele consiga aprender e sentir acolhido em sua turma. Pois o que é muito frequente de acontecer, é o professor acabar segregando o aluno do resto da turma, fazendo atividades separadas. É importante que tenham outras atividades, mas sempre extras, não substituindo as que são dadas a todos os alunos, pois assim, o aluno estará sendo de fato incluído. É fundamental que o docente que esteja acompanhando o indivíduo, faça atividades que trabalhem além das matérias comuns e foque também no que o aluno apresentar certa facilidade. Porém, uma coisa que ainda é presente, é o professor utilizar do diagnóstico do aluno como um empecilho para o desenvolvimento e avanço do mesmo, fazendo assim, com que pouco seja trabalhado e a criança acabe ficando excluído na turma por falta de envolvimento com o trabalho a ser desenvolvido.

## **CAPÍTULO 2. NECESSIDADES E DESAFIOS PARA A INCLUSÃO**

A educação infantil é um direito e lei em nosso país. O aprendizado nessa fase da vida é de extrema importância para o desenvolvimento da criança, pois os estímulos que elas recebem nos primeiros anos de suas vidas vão ser determinantes na trajetória de seu aprendizado e desenvolvimento futuro. Se estes estímulos são de extrema importância para crianças que não apresentam nenhum tipo de dificuldade ou limitação, para crianças com algum tipo de limitação ou deficiência intelectual são fundamentais, pois quanto mais cedo e mais estimuladas maiores e melhores resultados elas irão apresentar.

Para qualquer criança considerada “normal”, não é simples, nos primeiros anos de vida, se comportar e interagir com outros de maneira aceitável socialmente e corresponder a todas as expectativas que lhe são dirigidas. Para crianças com limitações, essa integração social é ainda mais difícil e frequentemente, demorada. Neste contexto, a inclusão social tem como objetivo facilitar a integração permitindo que as crianças com necessidades especiais aprendam a participar e interagir em grupos; tenham condições mais favoráveis para dar retorno de solicitações verbais e instruções; e possam aprender normas de sociabilidade, tais como esperar sua vez, fazer fila, tornar-se independente dentro de suas limitações, entre outros benefícios.

Hoje não se pode mais aceitar que crianças com limitações sejam segregadas, cabendo aos poderes públicos disponibilizar ferramentas para que a escola e familiares possam trabalhar juntos buscando oferecer formas que auxiliem essas crianças em seu processo evolutivo de aprendizagem. Na escola, coordenadores e professores capacitados para trabalhar com essas crianças deverão planejar um currículo inclusivo que tenha como meta principal trabalhar a comunicação, mobilidade, socialização independência, autoajuda e inclusão no ambiente escolar, familiar e social.

### **2.1 Demandas dos movimentos sociais**

No Brasil, a organização dos familiares e demais apoiadores à causa da inclusão social das pessoas com SD tem se caracterizado pela militância em associações e movimentos, tais como a APAE e o Movimento Down. A APAE existe no Brasil desde a década de 50, ela foi

inspirada na NARC (National Association for Retarded Children). Trata-se de uma ONG(Organização Não Governamental) que é formada por pais e amigos de um grupo significativo de alunos com deficiência intelectual, e foi uma das instituições pioneiras a lidar com pessoas deficientes. (MAZZOTA, 2011. Apud: COMIN E COSTA, 2016). Segundo Estrázula (2008, p. 2) a APAE é:

o maior movimento filantrópico do Brasil e do mundo, na sua área de atuação. É uma explosão de multiplicação, verdadeiramente notável sob todos os aspectos, levando-se em conta as dificuldades de um país como nosso, terrivelmente carente de recursos no campo da Educação e mais ainda, na área de Educação Especial.

Historicamente, esta associação tem projetos diversos com objetivos, como por exemplo, contribuir com a inclusão social com a pessoa em situação de deficiência intelectual e múltipla, mediante ao acesso dos meios de comunicação e informação. Esse foi um dos últimos projetos nomeado: *Autonomia para votar: sistema para eleitores em situação de deficiência intelectual e múltipla*.

Quanto ao movimento Down, este é caracterizado pela produção de materiais diversos para auxiliar famílias, profissionais e o público em geral, com o objetivo de combater preconceitos e buscar condições efetivas para a inclusão. Trata -se de uma organização que conta com o apoio de empresas, organizações governamentais e não governamentais e a participação de colaboradores entre profissionais de diversas áreas, ativistas, familiares e pessoas com síndrome de Down. No site é possível encontrar muitos materiais sobre saúde, desenvolvimento e estimulação, educação, direitos, notícias, informações sobre a Síndrome de Downs, o que é, características, rede de atendimento, a história, entre outros. É uma ótima plataforma de informação da Síndrome de Down. Este movimento defende que devem ser providos apoios especializados às famílias e crianças com Down, tais como:

- Terapeutas de fala e linguagem (fonoaudiólogos) que irão trabalhar no desenvolvimento da fala, uso de sinais quando necessários e até em problemas de alimentação ou outros como babar e gaguejar.

- Fisioterapeutas ou terapeutas ocupacionais que irão trabalhar a postura com atividades físicas e coordenação.

- Pediatras, médicos da escola ou médicos da família que estarão monitorando problemas como coração, audição, visão, uso do banheiro ou outras dificuldades físicas.

- Psicólogos que farão acompanhamento da criança e dos familiares, buscando com isso reduzir problemas de comportamento dentro do âmbito familiar.

## **2.2 Materiais pedagógicos para a educação inclusiva**

Para se compreender a utilização material pedagógico, se faz necessário entender primeiramente que este consiste em um material extra, já que, os alunos estão incluídos em uma classe regular, ou seja, utilizam dos mesmos materiais que os demais alunos. A necessidade desse material será avaliada pelo professor, que vai ver se aquele aluno precisa do material complementar, como um reforço.

O material pedagógico é todo disponibilizado pelo MEC, e não só auxilia os alunos, ele também ajuda na organização dos professores, para que todos respondam positivamente a crescente diversidade na sala de aula. É importante que os professores e professoras utilizem desse material para adquirir habilidades e técnicas para sala de aula, para contribuir na inclusão do aluno na sala de aula.

Para que professores fossem preparados para turmas inclusivas, é necessário que os mesmos sejam incentivados e para isso a Secretaria de Educação Especial do MEC, lançou o Projeto de Formação Docente Educar na Diversidade(2006), cujo projeto, tem como objetivo:

Desenvolver escolas para TODOS através do desenvolvimento de culturas, políticas e práticas escolares inclusivas a fim de combater a exclusão educacional e social e responder à diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem existentes nas escolas brasileiras,

- Formar e acompanhar docentes de 144 municípios-pólo para o uso de metodologias de ensino inclusivas nas salas de aula das escolas da rede regular de ensino,

- Preparar gestores, equipe de apoio e a comunidade escolar em geral, incluindo os familiares, para apoiar o desenvolvimento docente para a promoção da inclusão escolar,

- Transformar o ambiente escolar em um espaço acolhedor para todos, no qual o processo de aprendizagem seja colaborativo, contínuo, valorize e responda às diferenças humanas,

- Formar rede de intercâmbio e disseminação de experiências inclusivas bem sucedidas a fim de fomentar o engajamento de novos educadore(a)s no processo de transformação do sistema educacional brasileiro.

De acordo com o Material de Formação do Docente do MEC: Educar na Diversidade (2006), nas salas de aula, cabe ao professor ensinar de forma mais ativa e participativa, procurando sempre explorar as habilidades de cada aluno, desenvolvendo os conteúdos curriculares de forma diferentes, de acordo com as respostas de cada aluno para aquele trabalho ou atividade, procurando sempre utilizar de trabalhos colaborativos, onde os alunos precisem trabalhar juntos. É necessário que o docente vise integrar as pessoas com necessidades especiais e busque estratégias que ajudem os alunos aprenderem da melhor forma possível. Para isso o professor precisa ter um olhar extremamente minucioso para identificar as especificidades desses alunos, ver quais são as atividades que cada um deles respondem melhor e buscar explorar, para que cada aluno possa se integrar no grupo e avançar no seu processo de aprendizado. Se faz necessário, também, que o professor veja aquele aluno sem nenhuma diferenciação, na questão de capacidade, para que seja possível esse avanço.

Atividades e brincadeiras aplicadas em casa e principalmente na escola podem melhorar sua coordenação permitindo assim que apresentem menor dificuldade. O uso de materiais como tesouras adaptadas, lápis duros e resistentes, borrachas para a empunhadura de lápis, grandes pinos para jogos de pregar, ajudarão no aperfeiçoamento da coordenação motora. Atividades multissensoriais também podem ser usadas como forma de desenvolver e integrar crianças com e sem limitações. A escola pode lançar mão ainda de brinquedos educativos, jogos, tecnologias de informação e qualquer outro recurso disponível e de fácil acesso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Síndrome de Down por muito tempo foi algo muito abafado por todos, as pessoas tratavam como se fosse algo muito distante da realidade, mas com o tempo foi abrindo mais espaço para que eles fossem mais assistidos pela sociedade. Por ser algo inicialmente desconhecido eram feitas diversas interpretações e conclusões a respeito da SD. Mas com o passar dos anos e com as informações e estudos, foi possível concluir que portadores da Síndrome de Down não são incapacitados, eles podem fazer tudo que uma pessoa considerada “normal” faz, por isso, se fez necessário que cada vez mais fosse estudado e entendido.

Antes crianças com Síndrome de Down eram segregadas dos outros alunos, hoje já é possível e garantido por lei que essas crianças possam integrar salas de aulas de escolas regulares, o que é um grande avanço. O fato do MEC disponibilizar materiais pedagógicos para auxiliar professores a integrar esses alunos na sala de aula mostra que há um interesse de que portadores de necessidades especiais sejam inseridos na sociedade. O fato de existirem salas de recursos, professores se especializando a partir de projetos desenvolvidos pelo MEC mostra, também, esse interesse. É possível dizer que hoje em dia, pela criança com SD ter ainda mais espaço e explorarem suas potencialidades, elas avançam ainda mais, mostrando sua capacidade e que podem fazer tudo que uma pessoa sem a Síndrome de Down faz. A pessoa com SD, assim como qualquer aluno, vai ter seu próprio ritmo, suas facilidades, suas dificuldades e suas especialidades, que podem ser muito bem exploradas por seus docentes, desde que não sejam desviadas dos princípios básicos da educação proposta a todos.

O aumento das políticas públicas traz a importância do papel da pessoa com Síndrome de Down na sociedade. Hoje em dia eles vivem muito mais comparado há anos atrás que quase não se via pessoas mais velhas com SD. Houve uma melhoria muito grande nas leis que asseguram educação, saúde, e que protegem os direitos desses cidadãos, tanto que o número de alunos com SD nas escolas é muito significativo. O fato de haver atenção e planejamento em relação a eles, mostra que é possível que eles vivam bem, cada vez mais.

Apesar do tema ter mais visibilidade nos dias de hoje, vale destacar que o tema ainda deve ser muito debatido, porque o preconceito ainda existe e a falta de informação também. Que esse assunto ainda seja muito falado e ganhe cada vez mais espaço na sociedade, para que o preconceito seja totalmente erradicado.

Pensando em uma agenda de pesquisas futuras, é importante que o tema seja abordado por meios de estudos de campo em escolas públicas que assistem crianças com Síndrome de Down, com profissionais que assistam essas crianças, ou quem sabe até com os pais dessas crianças, para que seja

possível saber, ainda mais, quais as dificuldades enfrentadas por eles. Espero que minha monografia tenha, de alguma forma, contribuído para este tema.

## Referências Bibliográficas

BENITEZ, Priscila; DOMENICONI, Camila. Inclusão Escolar: o Papel dos Agentes Educacionais Brasileiros. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1007-1023, Dezembro. 2015.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 outubro de 1989. Dispõe sobre a integração social das pessoas com deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 out. 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm)>

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 2006. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão. **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 jul. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

COMIN, Bruna Cristina; COSTA, Maria da Piedade Resende da. Considerações sobre a Síndrome de Down em diferentes contextos: identificando associações, programas e pesquisas desenvolvidas. **Revista Educação Especial.**, v.29, n.55, p. 309-322, 2016.

FEISTAUER, Cláudia Madalena. O Letramento na Síndrome de Down: O Papel da Família e da Escola. 2014.

KOLBERG, L. L.; OLIVEIRA, F. M. de; MACHADO, L. O. M. de. Desenvolvimento, escolarização e síndrome Down: expectativas maternas. **Paidéia**, v. 20, n. 47, p. 371-379, 2010.

LIPP, Laura Kolberg; MARTINI, Fernanda de Oliveira; OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado de. Desenvolvimento, escolarização e síndrome de Down: expectativas maternas. **Paidéia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 20, n. 47, p. 371-379, Dec. 2010.

MATURANA, Ana Paula Pacheco Moraes; CIA, Fabiana. Educação Especial e a Relação Família - Escola: Análise da produção científica de teses e dissertações. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 349-358, Agosto. 2015.

MENDONCA, Fabiana Luzia de Rezende; SILVA, Daniele Nunes Henrique. A formação docente no contexto da inclusão: para uma nova metodologia. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 45, n. 157, p. 508-526, Setembro. 2015.

MOVIMENTO DOWN. Estatísticas. Disponível em:  
<http://www.movimentodown.org.br/2012/12/estatisticas/> Acesso em junho de 2016.

MOVIMENTO DOWN. O que é. Disponível em:  
<http://www.movimentodown.org.br/sindrome-de-down/o-que-e/>. Acesso em junho de 2016.

MOVIMENTO DOWN. Educação Infantil. Disponível em:  
<http://www.movimentodown.org.br/2013/02/educacao-infantil/>. Acesso em 05 de dezembro de 2016.

MOVIMENTO DOWN. Movimento Down. Disponível em:  
<http://www.movimentodown.org.br/movimento-down/>. Acesso em 14 de dezembro de 2016.

SAAD, N. Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v.9, n.1, p. 57-78, 2003.

VASQUES, Carla K.; MOSCHEN, Simone; GURSKI, Roselene. Entre o texto e a vida: uma leitura sobre as políticas de educação especial. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 39, n. 1, p. 81-94, Março. 2013.

WUO, Andréa Soares. A construção social da Síndrome de Down. **Cad. psicopedag.**, São Paulo , v. 6, n. 11, 2007 .

